

2005 — integra o Grupo de Peritos em Arquivos, junto da Comissão Europeia, denominado EAG — European Archival Group, e representa Portugal no EBNA — European Board of National Archives;

Entre 2005 e 2012 — diretor-geral de Arquivos e diretor do Arquivo Nacional da Torre do Tombo;

Desde 2005 — presidente da Secção Portuguesa da COLUSO — Comissão Luso-Brasileira para a Salvaguarda do Património Documental;

Entre 2002 e 2004 — presidente do Conselho Diretivo Nacional da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD);

Entre 1997 e 2000 — coordenador do Departamento de Património e Gestão do Centro Português de Fotografia;

Anos letivos de 1993-1994 e 2003-2004 — lecionou a disciplina de Informática para Arquivos, na Universidade dos Açores, e em 1996-1997, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no âmbito dos cursos de especialização em Ciências Documentais, opção de Arquivo;

A partir de 1991 — técnico superior de arquivo, no Arquivo Distrital do Porto.

Participação como perito em vários projetos de investigação, sendo de salientar:

Projeto JNICT, n.º PCSH/P/HIST/1008/95: *Estruturas Socioeconómicas e Industrialização no Norte de Portugal (sécs. XIX-XX)*, no âmbito da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;

Projeto JNICT, n.º PBIC/C/TIT/2502/95: *Archivum — Sistema de Objectos com Suporte Temporal para Descrição Arquivística*, no âmbito do Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores (INESC);

Projeto POC — DigitArq: produção, conversão e gestão de conteúdos digitais em arquivos (2003-2004), vencedor do Prémio Fernandes Costa, atribuído pela Agência para a Sociedade do Conhecimento ao Arquivo Distrital do Porto.

IV — Participou e apresentou comunicações em diferentes conferências e seminários, nacionais e internacionais, sendo de salientar:

The documentation of communist security authorities, promovidas pelos Arquivos Estatais da Polónia e Centro Internacional da Memória, realizado em Varsóvia, 4 e 5 de outubro de 2012: *Managing the archives of political police. A case study of Portugal*;

O futuro da memória: o património arquivístico dixital, Santiago de Compostela, 18 e 19 de novembro de 2010: *2.534.211 imaxes on-line da Inquisición de Lisboa (1536-1821): experiência portuguesa de dixitalización e difusión de información*;

A Direção-Geral de Arquivos e a Política Arquivística Nacional, Lisboa, 2010;

Archives as collective memory of the nations, promovido pelos Arquivos Nacionais da República da Indonésia, realizado em Denpasar, em 3 e 4 de setembro de 2007: *Archives and relationships between Portugal and Indonesia*;

4.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas: *Informação. Ciência. Cultura. Bibliotecas e Arquivos para o ano 2000*. Braga, 1992: *A formação tecnológica e profissional na área de Arquivo. Os novos currículos para o ensino secundário* (em colaboração);

Estudos Gerais da Arrábida — Conferências do Convento. Curso sobre Património Arquivístico e Memória Social, Arrábida, de 21 a 23 de outubro de 1996: *A informatização em Arquivos — o caso dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo* (em colaboração).

V — Trabalhos publicados e projetos de investigação em que foi coordenador:

Apontamentos para o conhecimento do arquivo de Júlio de Castilho, *Telheiras: Cadernos Culturais*, Lisboa, 2.ª série, 2 de novembro de 2009, pp. 35-40;

Ferramentas para a construção de arquivos digitais de história oral, in «XATA, 2007: aplicações e tecnologias associadas», Lisboa, fevereiro de 2007, pp. 139-150 (em colaboração);

DOM-like XML Parsing Providing Import and Export with Bounded Resources, in «XATA 2007: aplicações e tecnologias associadas», Lisboa, fevereiro de 2007, pp. 175-186 (em colaboração);

Reorientando a política de salvaguarda e valoración del patrimonio archivístico del sector público, *Tabula: estudios archivísticos de Castilla et León*, Salamanca, 8, 2005, pp. 35-41 (em colaboração);

«Resultados globais do inquérito do European Commission on Preservation and Access», *ERSATZ*, Porto, 5 de setembro de 2000, pp. 24-25;

Arte da tanoaria. Porto, Centro Regional de Artes Tradicionais, 1997;

O hóquei em patins em Portugal, Porto, Edições Asa, 1991;

Paços de Ferreira: traços de história contemporânea, in «Estudos Monográficos», vol. 2, Paços de Ferreira, 1987, pp. 83-246;

Arquivos sindicais do distrito do Porto, *Boletim de Estudos Operários*, Lisboa, 6 1984, pp. 19-82.

Despacho n.º 14132/2012

Considerando que foi aprovada a orgânica da Presidência do Conselho de Ministros pelo Decreto-Lei n.º 126-A/2011, de 29 de dezembro, no âmbito da qual se definiu, na área dos serviços e organismos da cultura, a criação da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e a extinção do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, I. P., do Instituto dos Museus e da Conservação, I. P., e da Direção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo por fusão naquela Direção-Geral;

Considerando a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio, que aprovou a orgânica da DGPC e que prevê, no seu artigo 3.º, que o seu órgão de direção é composto por um diretor-geral coadjuvado por quatro subdiretores-gerais e que se encontra vago um lugar de subdiretor-geral;

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio, que aprova a orgânica da DGPC, do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação atual, e no n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 64/2011, de 22 dezembro:

1 — Designo, em regime de substituição, o licenciado João Mário Soalheiro Costa para exercer o cargo de subdiretor-geral do Património Cultural, cujo currículo académico e profissional, que se anexa ao presente despacho, evidencia perfil adequado e demonstrativo da aptidão e da experiência profissional necessárias ao exercício do referido cargo.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 19 de outubro de 2012.

19 de outubro de 2012. — O Secretário de Estado da Cultura, *Francisco José Viegas*.

Sinopse curricular

I — Dados pessoais:

Nome — João Mário Soalheiro Costa.

Data de nascimento — 6 de janeiro de 1972.

II — Habilitações académicas — licenciou-se em Teologia pela Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto, em 1999, com a classificação final de 18 valores. Doutorando em Letras, área de História, especialidade de História da Idade Média, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com orientação científica da Prof.ª Doutora Maria Alegria F. Marques.

III — Experiência profissional:

2011-2012 — nomeado, em regime de substituição, diretor regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo, Presidência do Conselho de Ministros;

2011-2012 — comissário científico da Exposição São Teotónio: Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu (1162-2012), coprodução da Diocese de Viseu e da Câmara Municipal de Viseu, com colaboração do Museu Grão Vasco;

2010-2012 — membro, por inerência, do Conselho Nacional de Cultura, na secção especializada do património arquitetónico e arqueológico e na secção especializada dos museus e da conservação e do restauro; membro, por inerência, do Conselho Regional da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo; representante da tutela, por nomeação, na Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional de Lisboa, Quadro de Referência Estratégico Nacional;

2009-2011 — nomeado, em comissão de serviço, com efeitos a 1 de dezembro de 2009, diretor regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo, Ministério da Cultura;

2009-2012 — membro do conselho científico do Centro Interpretativo da Ourivesaria do Norte de Portugal, Universidade Católica Portuguesa;

2009-2010 — comissário científico da Exposição Tecer Relações, Museu Carlos Machado/Direção Regional da Cultura/Governo Regional dos Açores, Diocese de Angra do Heroísmo;

2008-2009 — presidente, por inerência, da Comissão Permanente do Conselho Nacional dos Bens Culturais da Igreja, órgão consultivo do Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja;

2007-2009 — colaborador do Centro de História da Sociedade e da Cultura, da Universidade de Coimbra;

2007-2009 — membro do conselho consultivo do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, Ministério da Cultura, em representação da Conferência Episcopal Portuguesa;

2007-2009 — diretor do Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, tutelado pela Comissão Episcopal da Cultura, Bens Culturais e Comunicações Sociais, Conferência Episcopal Portuguesa;

2004-2008 — bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia;

2003-2004 — bolseiro da Fundação Engenheiro António de Almeida;

2002-2004 — docente e adjunto da coordenação no curso de pós-graduação em Artes Decorativas, Escola das Artes, Universidade Católica Portuguesa;

2002-2004 — consultor científico do Instituto Português de Conservação e Restauro, Ministério da Cultura, no âmbito das linhas de investigação «Tecidos medievais e retábulo da natividade» (no segundo projeto, com Anísio Franco, do Museu Nacional de Arte Antiga);

2001-2012 — membro do Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa;

2001-2002 — assistente de Investigação Aplicada na Universidade Católica Portuguesa, a exercer funções no secretariado executivo de projetos do Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa;

1999-2000 — membro do comissariado técnico da exposição e coordenador científico, junto com o Comissário-Geral, Prof. Doutor Carlos A. Moreira Azevedo, do catálogo *Cristo Fonte de Esperança*, iniciativa da Conferência Episcopal Portuguesa, com produção da Diocese do Porto, no âmbito do Grande Jubileu do Ano 2000;

1999-2000 — consultor do Cabido Portualense para a implementação do Inventário do Património Cultural Móvel da Sé do Porto, iniciativa com o apoio do Instituto Português dos Museus;

1998-2006 — vogal da Comissão de Arte Sacra da Diocese de Lamego; 1998-1999 — coordenador-geral e comissário científico da Exposição Percursos de Eternidade (Vila Nova de Foz Coa, 1999), coprodução da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Coa e da Diocese de Lamego, com o apoio do Instituto Português dos Museus;

1998-1999 — membro da comissão científica das Comemorações do VII Centenário do Foral Concedido por D. Dinis a Vila Nova de Foz Coa (1299-1999), promovidas pela autarquia;

1997-1998 — coordenador-geral do Programa de Inventário do Património Cultural Móvel das Paróquias do Arciprestado de Vila Nova de Foz Coa, iniciativa da Diocese de Lamego, com o apoio da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Coa e do Instituto Português dos Museus;

1995-1996 — diretor executivo do Roteiro do Culto Antoniano na Diocese do Porto, no âmbito das Comemorações Antonianas.

IV — Trabalhos publicados:

2011 — «A canonização de São Geraldo: Um projeto da Igreja de Braga ao tempo do arcebispo D. Paio Mendes» (1118-1137/1938)?! In *IX Centenário de S. Geraldo (1108-2008)*. Colóquio de Estudos e Outros Atos Comemorativos. Braga, Faculdade de Teologia/Universidade Católica Portuguesa, pp. 53-112;

2009 — «Jóias da coroa: Simbólica das insígnias reais em tempos medievais (introdução a um tema interdisciplinar)», in *Atas do II Colóquio Português de Ourivesaria*. Porto, Universidade Católica Portuguesa, pp. 181-194;

2009 — «A corte dos reis de Portugal: Afonso Henriques, Sancho I, Afonso II». Gijón, Ediciones Trea, p. 552 (em colaboração com a Prof.ª Doutora Maria Alegria F. Marques);

2004 — «Tecidos medievais». Lisboa, Instituto Português de Conservação e Restauro, p. 84 (em colaboração com Paula Monteiro e Carmo Serrano);

2000 — «Inventário e memória: Foz Coa». Porto, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Coa, Diocese de Lamego, p. 244 (coordenação). 19572012

Portaria n.º 630/2012

O Edifício da Caixa Geral de Depósitos de Castelo Branco foi projetado por Luís Cristino da Silva, integrando uma série de filiais executadas pelo arquiteto para a instituição financeira entre 1938 e 1943.

De planta retangular, o edifício é composto por dois corpos. O corpo principal, alongado, apresenta fachada principal simétrica, cuja entrada é servida por escadaria e rematada por beiral e pináculos. O frontão monumental distingue-se por um trabalho decorativo bastante elaborado. A fachada lateral caracteriza-se por uma sequência ritmada de colunas e janelas. O corpo lateral é formado por uma sequência de blocos prismáticos.

A classificação do Edifício da Caixa Geral de Depósitos de Castelo Branco reflete os critérios constantes do artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, como o génio do respetivo criador, o valor estético e técnico do bem e a conceção arquitetónica.

A zona especial de proteção do bem imóvel agora classificado é fixada por portaria, nos termos do disposto no artigo 43.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.

Foram cumpridos os procedimentos de audição dos interessados, previstos nos artigos 27.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, e 25.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, de acordo com o disposto nos artigos 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

Assim:

Sob proposta dos serviços competentes, nos termos do disposto no artigo 15.º e nos n.ºs 1 do artigo 18.º e 2 do artigo 28.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, conjugados com o disposto no n.º 2 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, e no uso das competências conferidas pelo n.º 11 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de julho, manda o Governo, pelo Secretário de Estado da Cultura, o seguinte:

Artigo único

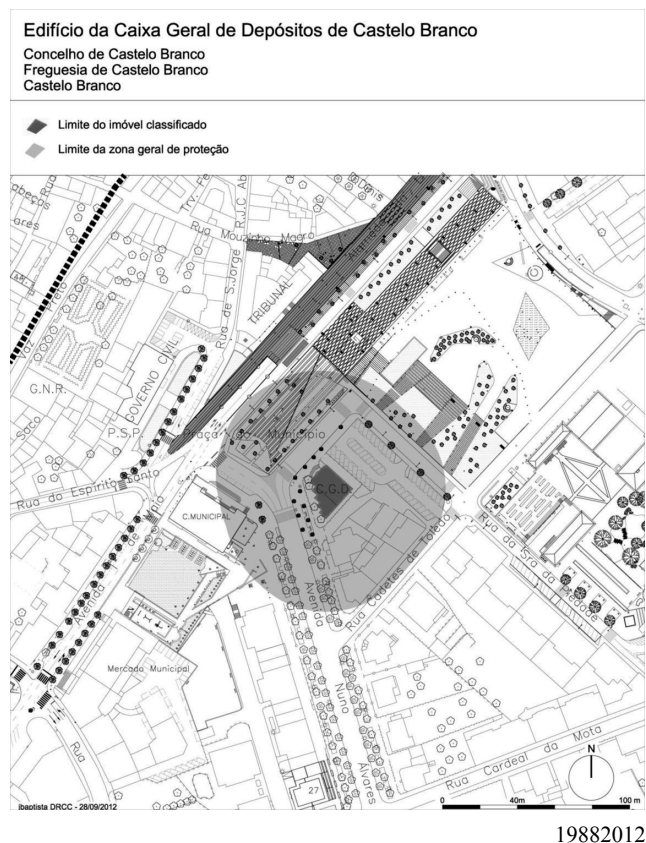
Classificação

É classificado como monumento de interesse público o Edifício da Caixa Geral de Depósitos de Castelo Branco, na Praça do Município,

Castelo Branco, freguesia, concelho e distrito de Castelo Branco, conforme planta constante do anexo à presente portaria e que dela faz parte integrante.

22 de outubro de 2012. — O Secretário de Estado da Cultura, *Francisco José Viegas*.

ANEXO



Portaria n.º 631/2012

A Barragem do Muro constitui o exemplo mais monumental de arquitetura hidráulica romana a sul do Tejo. Destinar-se-ia essencialmente ao abastecimento de um núcleo urbano vizinho, como sucede com muitas das barragens conhecidas nesta região do País.

Para além da sua invulgar dimensão, a Barragem do Muro destaca-se igualmente pelas suas particulares características arquitetónicas e pelas soluções técnicas adotadas. A estrutura consiste num muro suportado a jusante por contrafortes, alguns destes intervalados por arcos, apresentando a montante, no fundo da antiga albufeira, uma provável sapata de argamassa. Constitui ainda a única construção do género onde são visíveis fiadas horizontais de tijoleira regularmente dispostas nos paramentos.

O monumento encontra-se em razoável estado de conservação, dada a sua antiguidade e o facto de aparentemente não ter sido objeto de grandes alterações ou reparações. O elevado grau de autenticidade da estrutura atual permite uma observação privilegiada das técnicas construtivas romanas.

A classificação da Barragem do Muro reflete os critérios constantes do artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, como o caráter matricial do bem, o seu interesse como testemunho notável de vivências ou factos históricos, o seu valor estético, técnico e material intrínseco, a sua conceção arquitetónica, a sua extensão e o que nele se reflete do ponto de vista da memória coletiva, a sua importância do ponto de vista da investigação histórica ou científica e as circunstâncias suscetíveis de acarretarem diminuição ou perda da sua perenidade ou da sua integridade.

A zona especial de proteção (ZEP) tem em consideração os elementos do terreno (taludes e limites de propriedades), cobrindo a extensão julgada necessária para a proteção e valorização do imóvel. A sua fixação visa salvaguardar o enquadramento do imóvel e os seus pontos de vista.

Foram cumpridos os procedimentos de audição dos interessados, previstos nos artigos 27.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, e 25.º e 45.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, de acordo com o disposto nos artigos 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

Assim:

Sob proposta dos serviços competentes, nos termos do disposto no artigo 15.º, nos n.ºs 1 do artigo 18.º e 2 do artigo 28.º e no artigo 43.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, conjugados com o disposto nos n.ºs 2